

Perversão e funcionamento psicodinâmico do violentador sexual incestuoso da criança
Perversion and psychodynamic performance of child unexpected sexual violenter

Giseli Monteiro Gagliotto³
Manoela Monteiro Gagliotto⁴

Submetido em: 09/06/2022
Aprovado em: 09/06/2022
Publicado em: 10/06/2022 v. 2, n. 1, jan-jun. 2022
DOI: 10.51473/rcmos.v2i1.314

Em muitas dessas perversões a qualidade do novo alvo sexual é de tal ordem que requer uma apreciação especial. Algumas delas afastam-se tanto do normal em seu conteúdo que não podemos deixar de declará-las “patológicas”, sobretudo nos casos em que a pulsão sexual realiza obras assombrosas (lamber excrementos, abusar de cadáveres) na superação das resistências (vergonha, asco, horror ou dor). Nem mesmo nesses casos, porém, pode-se ter uma expectativa certa de que em seus autores se revelem regularmente pessoas com outras anormalidades graves ou doentes mentais. Tampouco nesses casos pode-se passar por cima do fato de que pessoas cuja conduta é normal em outros aspectos colocam-se como doentes apenas no campo da vida sexual, sob o domínio da mais irrefreável de todas as pulsões. Por outro lado, a anormalidade manifesta nas outras relações da vida costuma mostrar invariavelmente um fundo de conduta sexual anormal.

Na maioria dos casos podemos encontrar o caráter patológico da perversão, não no conteúdo do novo alvo sexual, mas em sua relação com a normalidade. Quando a perversão não se apresenta ao lado do alvo e dos objetos sexuais normais, nos casos em que a situação é propícia a promovê-la e há circunstâncias desfavoráveis impedindo a normalidade, mas antes suplanta e substitui o normal em todas as circunstâncias, ou seja, quando há nela as características de exclusividade e fixação, então nos vemos autorizados, na maioria das vezes, a julgá-la como um sintoma patológico. FREUD, 1905

Resumo

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa qualitativa, realizada por intermédio de revisão bibliográfica, sobre a perversão e o funcionamento psicodinâmico do violentador sexual incestuoso da criança. Atentamos para o funcionamento psíquico dele, considerando as possibilidades de intervenção, a partir da teoria psicanalítica e suas contribuições na compreensão desse fenômeno. Nas últimas décadas, pesquisas foram desenvolvidas buscando identificar diferentes aspectos e consequências da violência sexual intrafamiliar para a criança. Observamos que há carência de pesquisas relativas à compreensão dos aspectos subjetivos dos violentadores sexuais incestuosos. A escassa literatura encontrada trata esses violentadores sexuais da criança, como pedófilos ou perversos, não levando em consideração a complexidade e a especificidade de cada caso. Problematizamos o funcionamento psíquico dos violentadores sexuais incestuosos, através

3 Giseli Monteiro Gagliotto é Pós-Doutora em Psicologia (2015) pelo Observatório da Sexualidade da UNIDEP, no Departamento de Ciências Sociais e do Comportamento, do Instituto Universitário da Maia-Portugal. É Doutora em Educação (2009) pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP/SP (PPG conceito 5 CAPES). É Professora Associada do Colegiado de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Mestrado em Educação, Linha de Pesquisa: Cultura, Processos Educativos e Formação de Professores, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão

4 Manoela é Graduanda do 5º ano do Curso de Graduação em Psicologia (2022) pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO- Campus de Irati- Paraná. Membro do Labgedus: laboratório e grupo de pesquisa “educação e sexualidade”, cadastrado no diretório dos grupos de pesquisas do CNPq. Participante da linha de pesquisa: “estudos e pesquisas psicanalíticas e educacionais sobre infância, sexualidade e educação sexual e sua importância para a formação docente”. Membro do grupo de estudos e participante do projeto de extensão: entre a educação, a cultura e a psicanálise: diálogos (im)pertinentes.

de pesquisas, que promoveram a escuta desses sujeitos em seus discursos e subjetividades. Investigamos em que medida o recurso à teoria psicanalítica pode explicar os aspectos psicológicos e psicodinâmicos dos autores de violência sexual incestuosa contra crianças para além da estrutura de personalidade desses indivíduos.

Palavras-chave: perversão; funcionamento psicodinâmico; violência sexual incestuosa; psicanálise.

Abstrat

This article presents the results of a qualitative research, carried out through a bibliographical review, on the perversion and the psychodynamic functioning of the incestuous sexual abuser of the child. We consider the psychic functioning of the same, considering the possibilities of intervention, from the psychoanalytic theory and its contributions in the understanding of this phenomenon. In the last decades, research have been developed seeking to identify different aspects and consequences of intrafamily sexual violence for the child. We note that there is a lack of research concerning the understanding of the subjective aspects of incestuous sexual abusers. The meager literature found treats these child abusers as pedophiles or perverts, not considering the complexity and specificity of each case. We problematize the psychic functioning of the incestuous sexual abusers, through research, that promoted the listening of these subjects in their discourses and subjectivities. We investigate to what extent the use of psychoanalytic theory can explain the psychological and psychodynamic aspects of the authors of incestuous sexual violence against children beyond the personality structure of these individuals.

Keywords: perversion; psychodynamic functioning; incestuous sexual violence; psychoanalysis.

1 Introdução

O artigo apresenta resultados de uma pesquisa qualitativa, por intermédio de revisão bibliográfica, acerca da perversão, funcionamento psicodinâmico do violentador sexual e violência incestuosa contra a criança. Utilizamos como luz teórica, a psicanálise, haja vista suas contribuições conceituais sobre o tema.

Ressaltamos os processos psíquicos do violentador sexual da criança, diante das temáticas de personalidade e subjetividade, então, na primeira seção, será trabalhado esse tipo de organização psíquica da estrutura de personalidade perversa. Desde o desenvolvimento da estrutura do desejo até o ato violento.

Na segunda seção, discutimos os processos psíquicos supracitados, somados ao funcionamento psicodinâmico do violentador sexual incestuoso da criança e tratamos a perversão como uma dimensão da psique humana.

Durante este texto, a problemática nos acompanha para maiores explicitações sobre em que medida o recurso à teoria psicanalítica pode explicar os aspectos psicológicos e psicodinâmicos dos autores de violência sexual incestuosa contra crianças, para além da estrutura da personalidade desses indivíduos.

2 Incesto e a Organização Psíquica da Estrutura de Personalidade Perversa

O vocábulo incesto, que ocupa na literatura psicanalítica um amplo espaço, designa a prática de relações sexuais entre parentes próximos, consanguíneos, cujo casamento é proibido por lei. Etimologicamente, deriva do latino *incestus, us* e provavelmente se origina de *in* (= não) + *castus* (= corte). No idioma inglês, aparece como *un-cu*, isto é, “não houve um corte”, de maneira que, em português, o termo incesto indica que ainda não houve um necessário corte, uma separação libidinal entre parentes (ZIMERMAN, 2008a).

Em seu estudo antropológico *Totem e Tabu* (1913) ao esboçar o processo civilizatório do indivíduo, Freud observou que nas tribos primitivas dos aborígenes da Austrália, regia um sistema de totemismo (ausência de instituições sociais e religiosas), que teria como característica comum a exogamia (proibição de relações sexuais entre os membros do mesmo clã), decorrentes da proibição do incesto e essencial para a preservação de toda comunidade. Tal povo apresentara um horror ao incesto. “[...] esses povos selvagens têm um horror excepcionalmente intenso ao incesto, ou são sensíveis ao assunto num grau fora do comum, e que aliam isso a uma peculiaridade que permanece obscura para nós: a de substituir o parentesco consanguíneo real pelo parentesco totêmico (FREUD, 1996a, p.25)”.

Contudo, o autor supracitado, expõe que não faz nenhum sentido pedir a selvagens que nos digam o motivo real de suas proibições, isto é; a origem do tabu do incesto, uma vez que para Freud, a resposta não é objetiva ou simples, visto que seu verdadeiro motivo deve ser inconsciente. Assim, reconstrói a história do *tabu*, sobre o modelo das proibições obsessivas, enfatizando que a proibição do incesto está intimamente ligada ao desejo de cometê-lo.

Os tabus, devemos supor, são proibições de antiguidade primeva que foram, em certa época, externamente impostas a uma geração de homens primitivos; devem ter sido calcadas sobre eles, sem a menor dúvida, de forma violenta pela geração anterior. Essas proibições devem ter estado relacionadas com atividades para as quais havia forte inclinação. Devem então ter persistido de geração para geração, talvez meramente como resultado da tradição transmitida através da autoridade parental e social (FREUD, 1996a, p. 49).

Ao analisar os tabus dos povos primitivos, o autor constata que todos apresentam uma ambivalência emocional (dominância de tendências opostas) e afirma que as proibições seriam consequências dessa ambivalência. Estabelece ao longo do estudo, uma comparação entre o funcionamento psíquico dos povos selvagens e o funcionamento psíquico dos neuróticos. Procurou destacar o homem pela via da estética, pelo legado dos monumentos e utensílios, pelo que restou da arte, da religião e da concepção da vida, no intuito de deduzir os vestígios do totemismo remanescentes na infância. Os sintomas neuróticos e as fantasias sexuais infantis encontravam eco no período inaugural do registro da lei do Pai, relatadas entre as lendas e os mitos da história do homem (HISGAIL, 2007).

Foi a partir do mito da horda primeva, da origem do sentimento de culpa ligado ao assassinato do pai primitivo, que Freud encontrou solução para explicar o crime humano. O horror ao incesto, constatado entre os selvagens e os neuróticos, significa que põe em destaque a função do pai como suporte da lei simbólica (HISGAIL, 2007).

O pai, considerado por Freud no mito totêmico, é o pai morto, o que leva Lacan a entendê-lo como significante. Deste modo, o pai enquanto função em uma operação está articulado a três registros formulados por Lacan: real, simbólico e imaginário. A dimensão simbólica se realiza pela escrita da metáfora “Nome-do-Pai” (a lei). Tal significante é apresentado no tempo do Édipo porque designa a função paterna, não a do pai real, mas a sua função paterna tal como ela é internalizada pela criança. Representa o terceiro que entra para separar a dupla mãe-bebê.

[...] inicialmente LACAN definiu essa função com o nome de função do pai, depois, como *função do pai simbólico*, mais tarde, *metáfora paterna* e, finalmente, a partir do seu estudo do *Caso Schreber*, deu o nome definitivo de *Nome-do-Pai*, grafado com hifens. Nesse caso, segundo Lacan, como o filho porta o sobrenome do pai, ele o incorpora com o significante de um representante da lei, de modo que o pai se interpõe como figura privadora da díade com a mãe (ZIMERMAN, 2008a, p. 291- 292).

Convém salientar que no primeiro ano de vida, o estabelecimento da díade mãe-bebê torna-se necessário e sem o qual não há narcisismo⁵. Contudo, é imprescindível também, que num dado momento, um terceiro adentre e coloque-se entre esta dupla, criando um espaço entre esta, permitindo assim, que haja desejo na criança. Deste modo, o bebê ao nascer, em seu desamparo, é tomado por um “grande Outro”, que o constitui alienado em seu próprio desejo. “[...] Lacan descreve o grande Outro para designar um lugar simbólico que, tanto pode ser um significante, a lei, o nome, a linguagem, o inconsciente, ou, ainda, Deus, que determina o sujeito, tanto inter como intra-subjetivamente, em sua relação com o desejo. O grande Outro, quando evocado pela criança, impede que se perpetue a ligação diádica com a mãe e estabelece os limites e as diferenças entre as gerações do filho e a dos pais (ZIMERMAN, 2008a, p. 308)”.

De início, a mãe é o ‘grande Outro’. Na sua função materna, aliena o bebê; designa para ele, o que ele é. Assim, a figura materna atribui ao bebê uma condição de ser, mesmo que a mãe faça isso reconhecendo a alteridade do bebê, faz numa condição alienante. Por isso, é necessário que num dado momento, se instaure um corte, através da figura do terceiro, que barre o desejo desse “grande Outro”, colocando tal desejo em falta. Essa falta vai permitir que um dia esse bebê venha tornar-se sujeito e não mais alienado. Este terceiro é o significante “Nome do Pai”.

Uma vez que esse triângulo exista, ninguém é absoluto; não existe absoluto. Absoluto é um estado de ilusão narcisista que cai por terra porque nem o pai, nem a mãe e nem a criança são absolutos. Para a criança mudar o seu narcisismo é necessário que possa ver outros objetos primordiais como castrados também. Castração, no sentido psicanalítico, significa frustrações das possibilidades de busca de prazer.

Ainda de acordo com Laplanche e Pontalis (2001), o Complexo de Castração refere-se ao complexo centrado na fantasia de castração, que possibilita uma resposta ao enigma que a diferença anatômica dos sexos coloca na criança. Tal diferença é atribuída à amputação do pênis na menina. O menino teme a castração como realização de uma ameaça paterna, em resposta às atividades sexuais, resultando daí uma intensa angústia de castração. Na menina, a ausência do pênis é sentida como um dano sofrido que ela procura negar, compensar ou reparar. O Complexo de Castração está em estreita relação com o Complexo de Édipo e, mais especialmente, com a função interditória e normativa.

[...] Para Freud, o complexo de Édipo é o principal agente da estruturação psíquica da criança; é ele que a faz passar do estado animal ao estado humano, constituindo assim o pivô de qualquer processo educativo. Em última instância, é a existência da proibição do incesto o que funda a tese freudiana da natureza essencialmente repressiva da civilização, bem como a da educação – que faz o filhote do homem passar do estado animal ao estado civilizado. [...] O Complexo de Édipo consiste na superação da relação dual da criança com sua mãe e no acesso à ordem simbólica, o que requer a existência de um terceiro termo cuja função é introduzir a essa ordem e tornar-se seu garante. A função paterna consiste nessa função de garante. O pai constitui, para a criança, a referência a uma Lei que vale para todos. Lei que se impõe à mesma na medida em que é reconhecida pela mãe. Esta introdução em uma ordem que a ultrapassa põe fim à relação dual entre criança e mãe, relação que, se isso não ocorresse, ficaria abandonada ao ‘capricho’

5 Por referência ao mito de Narciso, é o amor pela imagem de si mesmo (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001, p. 287).

No momento da resolução do Complexo de Édipo, o que se espera e/ou se deseja de qualquer criança é que frente à instauração do corte, da castração propriamente dita, ela possa fazer uso do mecanismo de repressão (recalque) (*Verdrangung*). Mecanismo pelo qual o indivíduo procura reter, no inconsciente, representações ligadas a um instinto ou uma pulsão. De acordo com Laplanche e Pontalis (2001, p.457) repressão alude: “em um sentido mais amplo: operação psíquica que tende a fazer desaparecer da consciência um conteúdo desagradável ou inoportuno: ideia, afeto etc. Nesse sentido o recalque seria uma modalidade especial de repressão”. Assim, o sujeito reconhecendo a diferença dos sexos, instaura a falta como intrínseca ao ser humano e a aceita: “lei do pai”. O resultado é a estrutura neurótica. Já, quando o sujeito não se dá conta da castração, da diferença dos sexos, não há a admissão da lei do pai e frente à castração faz uso do mecanismo defensivo da forclusão (*Verwerfung*) a consequência é uma estrutura psicótica. Nesse sentido, a Forclusão para (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001, p. 194) alude ao “termo introduzido por Jacques Lacan. Mecanismo específico que estaria na origem do fato psicótico; consistiria numa rejeição primordial de um “significante” fundamental (por exemplo: o falo enquanto significante do complexo de castração) para fora do universo simbólico * do sujeito”. Ou ainda, quando o sujeito, frente ao fenômeno da castração, não faz uso do mecanismo de forclusão e nem do recalque, mas recorre ao mecanismo defensivo da recusa (*Verleugnung*), no qual sabe, todavia “não quer saber”; nega, desconsidera a falta do pênis na mulher-mãe e, não raras vezes, elege um objeto em seu lugar, cujo nome é fetiche. O fetiche vem para substituir a falta do pênis e ao mesmo tempo que esconde, também designa essa falta existente. A consequência é uma estrutura perversa. Ao fazer uso do mecanismo de recusa, fica selada, para o perverso, a entrada definitiva na castração simbólica, bem como no funcionamento do “Nome do Pai”. A recusa incide sobre a castração da mãe e, conseqüentemente, seu desejo pelo pai. Por outro lado, o perverso ao ter seu jogo interdito pela figura do pai, reage com o desafio e a transgressão, traços característicos da perversão. A castração representada pelo interdito paterno será desafiada e, sempre que possível transgredida pelo perverso. Contudo, ressalta-se que para transgredir a lei paterna, é necessário conhecê-la, o que nos leva a concluir que, nesse caso, o Édipo ficou sem efeito e a metáfora paterna funcionou parcialmente (PIRES, et al, 2004). Considerando, que para psicanálise, a estruturação de uma organização psíquica atualiza-se sob a Égide dos amores edípicos, no desenvolvimento da relação mantida pelo sujeito na função fálica. Daí que para compreendermos tal dinâmica em torno das estruturas (psicótica, perversa e neurótica), existe a necessidade de nos remetermos à teoria da libido e da noção de desenvolvimento psicosssexual.

Nos *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade*, Freud afirma que as necessidades sexuais, são representadas pela pulsão sexual. Toma como exemplo a pulsão de nutrição, que é a fome, para designar a pulsão sexual de libido. Essa pulsão sexual libidinal, existe desde o princípio da vida, porém ela tem que percorrer um longo caminho até atingir seu objetivo final que é a união sexual. Assim, o autor introduz dois termos: objeto sexual, que é a pessoa da qual parte a atração sexual e o alvo sexual, que consiste na ação à qual a pulsão é impelida. Ensina, ainda que há inúmeros desvios em relação a ambos, objeto sexual e alvo sexual, e que a relação desses com a normalidade exige uma investigação detalhada (FREUD, 2002). Ao falar dos desvios em relação ao alvo sexual, o autor supracitado registra que é considerado como alvo a união dos genitais no ato designado como coito, que leva à descarga da tensão sexual e à extinção temporária da pulsão sexual. Contudo, enfatiza que até no ato sexual “mais normal” são reconhecíveis indícios daquilo, que, se desenvolvido plenamente, levaria às “aberrações” descritas como perversões. Citou as atividades preliminares, como o beijo, ligadas ao prazer que intensificam a excitação que deve durar até que se alcance o alvo sexual definitivo. Estão aí pois, os aspectos que possibilitam ligar as perversões à vida sexual normal. No entanto, as perversões são transgressões anatômicas quanto à região do corpo destinadas à união sexual, ou ainda, demoras nas relações intermediárias com o objeto sexual, as quais normalmente seriam percorridas com rapidez rumo ao alvo sexual final.

De acordo com RAPPAPORT (1981) a libido é a energia afetiva original que sofrerá progressivas organizações, durante o desenvolvimento psicosssexual, cada uma delas suportadas por uma organização biológica emergente no período. Nesse sentido, uma fase de desenvolvimento psicosssexual, se define como a organização da libido em torno de uma área erógena, dando uma fantasia básica e uma modalidade de relação objeto. A primeira etapa da organização da libido, recebe o nome de fase oral (0 a 1 ano) a boca se constitui como a zona erógena que de maneira primaz experimenta a libido oral e suas gratificações, como é no ato da amamentação. A finalidade da libido oral, além da gratificação pulsional, também visa a incorporação, a qual está a serviço da identificação. É através da boca que se dá a intermediação do mundo interno com o externo (ZIMERMAN, 1999).

Na fase anal (1 a 3 anos) o ânus passa a ser a zona erógena. O controle esfinteriano representa um modelo de como se processa o controle motor geral. O valor da matéria fecal adquire a significação de uma troca entre a criança e o mundo exterior. Na fase anal expulsiva a criança pode proporcionar ao mesmo tempo um prazer autoerótico e de um presente para os pais, quando também pode representar uma manifestação sádico-anal. Na fase anal retentiva, a mucosa anal pode ser prazerosamente estimulada tanto pela expulsão como para a retenção das fezes, surgem sentimentos ambivalentes (ZIMERMAN, 1999). Na fase fálica (3 a 6 anos), o prazer origina-se, predominantemente, pela excitação das mucosas genitais. A tarefa básica consiste em organizar os modelos de relação entre o homem e a mulher. Há uma curiosidade natural da criança em relação as diferenças dos sexos. A criança imagina o que se passa no quarto fechado

dos pais (cena primária), fica muito excitada e usa o recurso da repressão. Neste período, ocorre o Complexo de Édipo, definido como o conjunto de desejos amorosos e hostis que a criança experimenta com relação aos seus pais. Tal complexo é considerado o núcleo central na estruturação da personalidade neurótica (ZIMERMAN, 1999). Por volta dos seis anos de idade, a criança entra no período de latência; ocorre a repressão da sexualidade infantil e se estrutura um reforço de aquisição do ego, ocasionando a sublimação das pulsões, por meio de atividades sociais como (estudar, praticar esportes etc.), período que se consolida a formação do caráter. (RAPPAPORT, 1981). Na sequência, com a puberdade e a adolescência, advém a maturação fisiológica do aparelho sexual. Trata-se de um período de transformação e, portanto, de crise. Pode-se dizer, que além das mudanças na anatomia e fisiologia corporal, ocorrem, também as de natureza psicológica, muito especialmente o da busca de uma identidade individual, grupal e social. Por fim, atingir a fase genital corresponde alcançar o pleno desenvolvimento do adulto normal, em que as adaptações biológicas e psicológicas foram alcançadas e o adolescente é capaz de amar num sentido genital amplo, de definir um vínculo significativo e duradouro. O prazer oriundo de sua capacidade orgástica é o componente fundamental de sua capacidade de amar (RAPPAPORT, 1981).

As etapas evolutivas do desenvolvimento psicosssexual da criança não são estanques; elas se transformam, superpõem e interagem permanentemente entre si. Os diferentes momentos evolutivos deixam impressos no psiquismo o que Freud denominou de pontos de fixação, que ocorrem devido à exagerada gratificação ou frustração de uma determinada “zona erógena”. Os afetos primitivos sofrem sucessivas transformações psíquicas, que ficam presentes ou representados no inconsciente, em direção aos quais qualquer sujeito pode fazer um movimento de regressão (ZIMERMAN, 1999).

Como visto, é somente na puberdade, depois de ter passado pelo período de latência, que a pulsão sexual se organizará sobre a primazia genital. Quando esta primazia for alcançada, as pulsões parciais conhecerão os seguintes destinos: serão utilizadas no prazer preliminar, serão recalçadas, sublimadas ou entrarão na formação do caráter. Existe perversão, quando as pulsões parciais não atingem o estágio onde se subordinam à primazia genital. Deste modo, o adulto perverso continua nas suas satisfações aparentemente anacrônicas que, pode-se dizer banalmente, não são mais para a sua idade. No desafio à lei do pai e na tentativa de impor sua própria lei, o olhar da mãe apresenta-se como cúmplice necessário, um olhar seduzido e sedutor que mantém a criança na posição fálica. Para SMIRGEL (1991) a mãe é a responsável, pelo menos no início da vida, do cuidado de fazer com que seu filho projete seu ideal de ego sobre modelos sucessivos cada vez mais evoluídos. Assim, a cada etapa do desenvolvimento psicosssexual, deve fornecer ao filho, gratificações suficientes para que não tenha vontade de voltar atrás e suficientes frustrações para que não queira fixar-se nelas. Caso contrário, a mãe pode desencaminhar o ideal do ego da criança, pela sua insuficiência de gratificações narcísicas e objetais ou por um excesso de satisfação.

Deste modo, o sujeito de organização psíquica perversa, funciona com base em um ideal de ego, narcisista, maternal e fálico. Como ele não conseguiu reparar, de maneira convincente seu narcisismo, nem encontrar um objeto total, nem elaborar processos secundários de modo eficaz, acaba recorrendo a satisfações bastante incompletas, com objetos parciais e zonas erógenas parciais. Pelos mesmos motivos, não deixa de recorrer aos seus impulsos de forma imediata e sem amanhã. Idealiza a sexualidade pré-genital, as zonas erógenas, tais como elas, primitivamente, lhes foram apresentadas, com objetos parciais e, à mercê do recurso defensivo da recusa, apresenta uma compulsão a idealizar, com a pretensão de impor aos outros as suas ilusões. O uso excessivo do mecanismo de recusa prejudica o emprego de uma repressão útil, o que afeta a elaboração edípica, resulta num borramento dos limites e das limitações, que, por sua vez, determina um não reconhecimento das diferenças relativas ao sexo, gerações, capacidades, ocupações de lugares, hierarquia e obediência às leis (ZIMERMAN, 2008a).

Interessados em compreender o funcionamento psíquico do nosso objeto de pesquisa, nos dedicamos ao estudo das relações entre a psicodinâmica da estrutura perversa e os aspectos psicológicos manifestos, na atuação do violentador sexual incestuoso da criança.

2.1 Perversão, Pedofilia Incestuosa e o Funcionamento Psicodinâmico do Violentador Sexual Incestuoso da Criança

Mediante à teoria psicanalítica, o desenvolvimento psicodinâmico da personalidade do indivíduo capaz de cometer ato incestuoso, assinala algo na sua história que o tornou incapaz de acatar a lei e a ética social. Entretanto, embora em todos os casos a passagem ao ato incestuoso seja um fato, as características individuais, as histórias de vida, os eventos e as suas significações são diferentes. Nesse sentido, atentamos para importância de um diagnóstico diferencial, uma vez que ao se falar no violentador sexual incestuoso, normalmente realiza-se o exercício de rotulá-los como perversos ou pedófilos. CORREIA (2003) adverte que essa tendência é comum tendo em vista a pouca distinção entre psicopatologia e singularidade.

Há similaridades e diferenças nitidamente observáveis nesses autores de violência sexual incestuosa, o que nos faz reforçar, ainda mais, a importância da singularidade do indivíduo e do diagnóstico diferencial. Tal disparidade de tipos se reflete nas teorizações a respeito do funcionamento psicológico e psicodinâmico dos indivíduos que empreenderam atividades incestuosas. Gijsegheem (1980) descreveu 8 (oito) diferentes

estruturas de personalidade; Azevedo & Guerra (1998) falam sobre abusadores preferenciais ou situacionais; Correia (2003) reconhece os violentadores obsessivos ou regressivos; SMITH E SAUNDERS (1995) sugerem dois perfis: passivos ou opressivos; MARCET (2005) definem 4 (quatro) perfis: simbiótico, psicopata-sociopata, pedófilo ou psicótico. Só são igualáveis na capacidade de romper os tabus e as leis, e cometer um ato incestuoso.

Para a psicanálise o desenvolvimento da personalidade se dá em resposta à quatro fontes de tensão (os processos de crescimento fisiológicos, frustrações, conflitos e ameaças). Deste modo, FREUD (1996b) em *“Pulsões e seus destinos”* examina a pulsão a partir de quatro componentes: meta (ou finalidade), objeto, fonte e pressão (ou impulso). Se a meta última da pulsão é a obtenção de satisfação pela via da descarga das excitações, o autor verifica, por outro lado que as pulsões podem ser inibidas em sua finalidade, isto é; existe um modo, uma forma da pulsão relacionar-se com o objeto para atingir satisfação, que nem sempre é o mesmo.

A satisfação pulsional é parcializada na medida em que, a entrada na civilização implica adiamentos e interdições. O objeto, por sua vez, é o que há de mais variável na pulsão, visto que é sempre mutável e nunca fixo, eles mudam no decorrer da vida, na medida em que representam objeto perdido, de modo momentâneo e finito. Como fonte da pulsão, se tem o processo somático ocorrendo em uma parte do corpo, e cujo estímulo é representado no psiquismo do indivíduo. Por fim, a pressão ou a força da pulsão, nunca cessa de querer, ou seja; a pulsão incide como ininterrupta e constante exigência de trabalho no psiquismo.

Partindo do pressuposto acima, para definir o indivíduo que comete o ato incestuoso, como perverso, além de atentarmos para os quatro componentes da pulsão, devemos dar uma atenção especial à meta, isto é; o modo como esse indivíduo se relaciona com seu objeto no intuito de buscar a satisfação. Se a forma como ele se satisfaz conserva características ligadas ao narcisismo primário⁶, mantendo-se em uma sexualidade infantil perverso polimorfa, podemos afirmar que a personalidade desse indivíduo se estabeleceu numa estrutura perversa.

Freud postulou a existência de uma fase evolutiva normal que denominou disposição perverso-polimorfa da sexualidade infantil, composta por pulsões sexuais parciais, conceito esse que por um lado provocou mais confusão, mas, por outro, veio a esclarecer bastante a sexualidade incipiente na criança. Assim, essa fase consiste no fato de que partes do corpo do lactante vão adquirindo um lugar privilegiado como fontes de prazer sexual, primeiro a boca, depois o ânus, com suas funções excretoras, numa etapa que precede ao controle esfinteriano e de todo sistema muscular que acompanha a locomoção motora. Por volta dos 3 a 4 anos começa o estabelecimento da primazia das zonas genitais. Cabe acrescentar que essa fase normal na constituição do ego da criança, quando se manifesta no adulto, pode aparecer como um necessário elo que conduza o sujeito de sua neurose à normalidade genital. Esse aspecto é importante, porquanto alarga o espectro da genitalidade normal no que concerne à prática de recursos aparentemente pré-genitais, sob a forma de polimorfias carícias orais e anais como meios sádios de gozo antecipado de um pleno coito genital. Isso é muito diferente de o sujeito empregar os meios pré-genitais exclusivamente com uma predominância de perversão quando predominam as pulsões destrutivas, a falta de consideração pelo (a) outro (a), e a pré-genitalidade passa a ser, não um meio, mas um fim em si mesma (ZIMERMAN, 2008a, p. 324).

Nesse sentido, é possível, portanto, refletir sobre a natureza das questões psicológicas e psicopatológicas envolvendo o violentador sexual incestuoso da criança, tal como a perversão, onde o indivíduo encontra-se fixado num ponto da sexualidade pré-genital, conservando a sexualidade infantil perverso-polimorfa e mantendo características vinculadas ao narcisismo primário (RUGDE, 2004).

Etimologicamente, a palavra perversão resulta de per + vertere (ou seja, pôr às avessas, desviar) designando o ato de o sujeito perturbar a ordem ou o estado natural das coisas (ZIMERMAN, 2008a, p.323). LAPLANCHE E PONTALIS (2008) ensinam que perversão alude ao

desvio em relação ao ato sexual “normal”, definido este como coito que visa obtenção do orgasmo por penetração genital, com uma pessoa do sexo oposto. Diz que existe perversão quando o orgasmo é obtido com outros objetos sexuais (homossexualidade, pedofilia, bestialidade etc.), ou por outras zonas corporais (coito anal, por exemplo) e quando o orgasmo é subordinado de forma imperiosa a certas condições extrínsecas (fetichismo, travestismo, voyeurismo e exibicionismo, sadomasoquismo); estas podem mesmo proporcionar, por si sós, o prazer sexual.

6 Laplanche e Pontalis (2001) o narcisismo primário designa um estado precoce em que a criança investe toda a sua libido em si mesma, não levando em consideração o outro.

De forma mais englobante, designa-se por perversão o conjunto de comportamento psicosexual que acompanha tais atipias na obtenção do prazer sexual (p.341).

Considerando que a criança é objeto utilizado pelo violentador sexual incestuoso para atingir sua meta sexual; seu ato pode ser considerado como pedofilia incestuosa. Mas, afinal de contas, o que sabemos sobre pedofilia? A pedofilia trata-se de uma parafilia⁷ em que envolve a presença de fantasias sexuais intensas e recorrentes, que tem como objeto erótico de preferência uma criança em idade pré-púbere (FRANCA, 2010).

De acordo com a autora para acompanharmos a fixação do pedófilo ao corpo da criança, é necessário retomarmos a relevância da recusa do tempo na dinâmica psíquica da perversão e compreender o cenário sexual que ela impõe ao sujeito. Começamos pelo fato de que a recusa do tempo provocará uma parada no desenvolvimento libidinal e a respectiva fixação da libido em determinados modos imperativos de satisfação das pulsões parciais, quer estejam subordinadas à fase oral, anal ou fálica. Desta forma, a meta nem sempre será a penetração sexual e sim, a satisfação do compulsivo apelo das pulsões escópicas (como o prazer de ver o corpo nu), das pulsões orais (tal como nas práticas de felação) ou da atividade fálica de subordinar o outro a práticas masturbatórias. Por conseguinte, a exclusão da temporalidade impregnará, tanto a imagem do próprio sujeito, quanto a do seu objeto, situação em que teremos uma recusa encarnada, a qual levará à recusa da diferença geracional (e etária) e ao entrincheiramento das pulsões no cenário perverso. Assim, está composta a trama que fará da criança, da filha ou do filho, o parceiro ideal para um roteiro sexual estereotipado.

Todavia, voltamos a ressaltar que essa é uma das possibilidades de compreensão do funcionamento psíquico do violentador sexual incestuoso. Pois de acordo com COHEN (1992) não se sabe muito a respeito das tipificações de doenças psiquiátricas entre tais indivíduos. Talvez, devido à incompreensão dos aspectos psicológicos e psicodinâmicos, costuma-se classificá-los como perversos ou pedófilos, sem as devidas análises e a elaboração de um diagnóstico diferencial.

Portanto, tendo em vista que a nossa pesquisa não nos possibilitou adentrar na história de vida, nem levantar as características individuais dos violentadores sexuais incestuosos da criança; o que podemos afirmar, de um modo geral, com base na literatura psicanalítica, é que a esses indivíduos, não coube a capacidade de introjetar preceitos morais e mecanismos inibidores do desejo incestuoso. A barreira contra o incesto não foi erguida, bem como os laços familiares não puderam garantir a escolha mais adequada do objeto sexual.

Nesse sentido, enfatizamos os recursos da clínica psicanalítica, no que tange à compreensão da psicodinâmica envolvida na formação e manutenção de comportamentos sexuais incestuosos. De acordo com ZIMERMAN (2008b) a pedofilia e o incesto de pai com filhas, estão entre as formas clínicas que comumente são descritas como protótipos das perversões. Entretanto, não é comum, o paciente, de maneira espontânea, procurar por um tratamento psicanalítico para tratar de sua perversão; muitas vezes, em situações mais graves, eles procuram quando são pressionados por algum familiar ou representante da lei. O mais frequente é que no curso da análise, sutil e gradualmente, vão aparecendo os sintomas da perversão que, por repetidas vezes, o terapeuta durante longo tempo sequer suspeitava da existência deles.

Porém atentamos para o fato de que

[...] o perverso, por mais que queira ocultar sua perversão, sempre acaba se traindo porque ele está sujeito a duas forças opostas, iguais na quantidade, que estão em um permanente jogo duplo: uma parte dele mantém um policiamento à pulsão perversa, enquanto a outra parte sabota a primeira (também pela razão da formação de culpas que o impelem a ser flagrado e punido) e comete algum tipo de “besteira”, assim fazendo fracassar o seu lado sadio, de modo a perpetuar o sistema perverso. É função do analista tornar bem claro para este tipo de paciente a existência desta – inconsciente mesmo – “dialética perversa” que essas duas partes travam dentro dele próprio (ZIMERMAN, 2008b, p. 270).

Por fim, o autor supracitado, ao falar da clínica com perverso, expõe que a pessoa real do analista adquire um papel relevante, visto que todo perverso sofre de identificações patogênicas. Assim, o psicólogo, indo além das interpretações, funciona também como um novo modelo de identificação, o que permitirá a tais pacientes a oportunidade de ressignificar suas condutas.

Algumas Considerações Finais

Constatamos que esta área de investigação é demasiada vasta para se esgotar num número reduzido de estudos e que há muito a investigar para estabelecer novos conhecimentos teórico-científicos, sobre o violentador sexual incestuoso da criança, a extensão da sua denúncia, a ação judicial, o papel da Psicologia e mais propriamente, da Psicanálise contemporânea neste domínio.

7 O termo parafilia designa não apenas todas as práticas sexuais antigamente classificadas de perversas (exibicionismo, fetichismo, bolinação, pedofilia, masoquismo sexual, sadismo sexual, voyeurismo, travestismo), mas também todas as fantasias perversas que não são em absoluto assimiláveis a práticas perversas (escatologia telefônica, necrofilia, parcialismo, zoofilia, coprofilia, clisterofilia, urofilia) (ROUDINESCO, 2008).

Parece não restar dúvidas sobre a necessidade de uma abordagem psicoterápica, seja ela em que perspectiva for, para o tratamento das chamadas perversões sexuais.

Ressaltamos, porém, a boa indicação dos recursos da clínica psicanalítica para compreensão da dinâmica psicológica envolvida (fantasias inconscientes) na formação e na manutenção dos sintomas de atividades sexuais de caráter exclusivo, tidas como perversas.

É um equívoco quereremos categorizar os protagonistas da violência sexual incestuosa em uma única tipificação generalista. Eles podem apresentar estruturas de personalidade similares, mas também estruturas díspares. Além disso, há diferenças marcantes e individuais em seu modo de funcionamento psíquico. A realização do psicodiagnóstico diferencial e multidisciplinar é essencial para a compreensão da personalidade e da psicodinâmica do abusador incestuoso, bem como para o entendimento do acontecimento incestuoso e para a condução mais adequada de cada caso.

É possível considerar o protagonista de incesto como portador de alguma psicopatologia ou transtorno de personalidade, mas o contrário também é verdadeiro. O que percebemos em comum é a fragilização da representação da lei e, conseqüentemente, da moral e da ética. Dentre os aspectos psicológicos, o narcisismo é um eixo que comparece na dinâmica psíquica em mais de 50% dos violentadores sexuais apresentados na literatura. É importante o acompanhamento familiar e individual bem como, a importância do psicodiagnóstico diferencial.

As significações subjetivas a respeito do ato incestuoso são as mais diversas, porém a tônica que se faz presente é a da negação e desculpabilização.

Apontamos a necessidade da realização de pesquisas com a mesma clientela, envolvendo as famílias e as vítimas, em uma perspectiva multidisciplinar, incluindo profissionais do direito, do serviço social, da antropologia, da psiquiatria, da psicologia, entre outros. E assim, propiciar a compreensão integrada da temática, que possa auxiliar nas formas de tratamento.

Neste percurso, estudando o incesto e os indivíduos que o cometem, temos a convicção que há muito a ser peregrinado para encontrarmos alternativas viáveis de tratamento a todos os envolvidos. Quanto ao violentador sexual incestuoso, o que podemos afirmar é que a eles não coube a capacidade de sublimar as fantasias mais instintivas e de se conter diante de seu próprio desejo. Essa impossibilidade está ligada às histórias de vida e/ou a eventos traumáticos, ou seja; falhas no desenvolvimento psicosssexual, onde não houve a possibilidade de escolha ou de reflexão (COHEN; GOBBETTI, 2002). Isto é, a percepção sobre a problemática não é uma causa superficial, haja vista a profundidade e complexidade de cada caso.

Referências

AZEVEDO, Maria Amélia & GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Infância e violência fatal em família: primeiras aproximações ao nível de Brasil**, São Paulo: Imago, 1998.

COHEN, Claudio. **Incesto e Psicopatologia Forense: um estudo de medicina social**. *Tese de Doutorado*. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

COHEN, Claudio. & GOBBETTI, Gisele. Bioética e Abuso Sexual. **Revista da Associação Médica Brasileira**, 48 (2), 99-99. São Paulo, 2002.

FRANCA, Cassandra Pereira. Emanações da caixa de Pandora. In: **Perversão: As engrenagens da violência sexual infanto-juvenil**. FRANCA, C. P. (Org.) – Rio de Janeiro: Imago, 2010.

FREUD, Sigmund. O horror ao incesto; Tabu e ambivalência emocional. In: **Totem e Tabu e outros trabalhos (1913/1914)**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996a (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIII).

FREUD, Sigmund. Pulsões e Destinos da Pulsão. In: **História do Movimento Psicanalítico, Artigos sobre a Metapsicologia e outros trabalhos (1914/1916)**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996b (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. XIII).

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Tradução de Paulo Dias Corrêa. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

GIJSEGHM, Hubert Van. **La Personnalité de L'abuseur Sexual: Typologie à Partir de L'optique Psychodynamique**. Montreal: Éditions du Méridien, 1980.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean. Bertrand. **Vocabulário da Psicanálise**: Laplanche e Pontalis. Tradução: Pedro Tamen. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MILLOT, Catherine. **Freud Antipedagogo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

PIRES, Andréa. Lucena. de Souza, et al. Perversão - estrutura ou montagem? Reverso v.26 n.5 Belo Horizonte dez. 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952004000100005

RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner da Rocha; DAVIS, Cláudia. **Psicologia do desenvolvimento**. SÃO PAULO: E.P.U., 1981.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A parte obscura de nós mesmos: uma história dos perversos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

RUGDE, Ana Maria. Versões do Supereu e Perversão. **Psicologia: Reflexão e Crítica** 12 (3). Recuperado em 20 de março de 2004 da SciELO (Scientific Electronic Library On Line): www.scielo.br
SMIRGEL, Janine Chasseguet. *Ética e Estética da Perversão*. Porto alegre: Arte Médica, 1991.

ZIMERMAN, David. **Fundamentos Psicanalíticos**: teoria, técnica e clínica. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ZIMERMAN, David. **Vocabulário contemporâneo de psicanálise** [recurso eletrônico] David Zimmerman. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2008a.

ZIMERMAN, David. **Manual de técnica psicanalítica** [recurso eletrônico]: uma revisão / David Zimmerman. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2008b.